

**Sr. Subsecretário-Adjunto,**

Trata-se de solicitação para **inscrição do servidor MAURO HENRIQUE DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 02/3892, lotado na Coordenadoria Setorial de Atividades Gerais – CAV/SUBENG, para participar no evento “**11º CONTRATOS WEEK**”, com carga horária de 30 horas/aula, promovido pelo **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL**, no período de **17.06.24 a 21.06.24**, na forma presencial, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, tal como disposto na SIE CAV0021/2024 de peça nº 8.

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, a CLC, em sua instrução datada de 26.03.24, considerou que:

✓ O custo total da inscrição individual é de R\$5.890,00 (cinco mil, oitocentos e noventa reais), conforme publicação na internet<sup>1</sup> e proposta comercial encaminhada pela Instituição (peça nº 5). Considerando o desconto de duas inscrições no valor de R\$ 500,00 (a primeira inscrição foi realizada por meio do processo TCE-RJ nº 300.468-3/24<sup>2</sup>, sem desconto), **a contratação pleiteada importará no valor de R\$ 5.390,00 (cinco mil, trezentos e noventa reais)**;

✓ A publicação do valor do serviço que integra o objeto desta contratação no portal da empresa na internet caracteriza divulgação abrangente e não diferenciada, estando, portanto, **justificado o preço ofertado** para esta contratação, em consonância com o disposto no inciso VII do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/21 (peça nº 1);

✓ A **empresa possui as condições de habilitação** exigidas para a formalização da contratação pretendida (peças nºs 2 e 3), devendo as certidões serem revalidadas em momento oportuno;

<sup>1</sup> <https://negociospublicos.com.br/contratosweek/>

<sup>2</sup> “Trata da inscrição do servidor **Tiago da Cruz Junger de Carvalho**, matrícula 02/4757, lotado na Subsecretaria de Licitações, Contratos, Contabilidade e Finanças (SUBLIC), na atividade externa “11º Contratos Week”, promovida pelo Instituto Negócios Públicos, no período de 17 a 21 de junho de 2024, em **Foz do Iguaçu – PR.**” (grifo no original)

✓ Encaminhado a SIE CLC0059/2024 à SUBENG para adoção das medidas necessárias visando à emissão de passagens aéreas e diárias, tendo em vista que a atividade será realizada fora do Estado do Rio de Janeiro (peça nº 6);

Nos termos do artigo 72, inciso III, c/c art. 53, § 4º ambos da Lei Federal nº 14.133/21, a douta **Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT** examinou o presente, em 27.03.2024, e **opinou pela aprovação da contratação direta**, conforme excerto abaixo:

*“(…)*

*Inicialmente, nota-se que a presente contratação direta encontra amparo no art. 74, III, alínea “f” e § 3º, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.*

*Outrossim, consta nos autos justificativa quanto à escolha do executante e ao preço praticado, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei nº 14.133/21.*

*Por fim, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntadas aos autos documentos e certidões, devendo a Administração atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.*

*Dessa forma, **não se vislumbra óbice do ponto de vista jurídico formal no procedimento em tela, razão pelo qual se opina pela juridicidade da contratação direta, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/21.*** (grifei)

À vista do exposto, considerando o informado pela CLC na peça nº. 7, a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da Procuradoria Geral deste Tribunal, **opina-se** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à CPG para emissão de empenho em favor da favorecida e posteriormente à CGA.

**Alexandre Tenorio Rocha**  
**Assessor**  
**Matrícula 02/3839**



**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução  
Orçamentária – CPG,**

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria deste Tribunal **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f” e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21, encaminho os autos a essa r. Coordenadoria para a emissão de nota de empenho, à conta do exercício financeiro em curso, do seguinte fornecedor e respectivo valor:

Fornecedor	CNPJ	Preço Global R\$
INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP – LTDA.	10.498.974/0002-81	5.390,00

Posteriormente, solicitamos o envio à **CGA**, **recomendendo que sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação**, e demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade das Notas de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da emissão das referidas notas de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021.

**Luiz Carlos de Jesus Silva**  
**SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO**  
**Matrícula 02/4265**